



# Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 1990.

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 49.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Pirajá Ferreira.

A hora regimental e registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Matos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, Mário Pereira e Valderi Mendes Vilela (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs DTL/SAT/141 e 142/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs 261/90: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a firmar com os Municípios

de MARINGÁ, FRANCISCO BELTRÃO e PONTA GROSSA, termos de cessão de uso de prédios conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.290. Anote-se - Arquive-se.

341/89: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo anuir na escritura de permuta dos imóveis que especifica entre a Associação Comercial e Industrial de ARAPONGAS e o Município do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.291. Anote-se - Arquive-se.

Sob o nº DTL/138/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei número 024/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/139/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei número 186/89, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/140/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei número 017/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Gabinete  
Nº 651/90-GB

Curitiba, 01 de Junho de 1990.

Senhor Deputado:

Em aditamento ao Ofício nº 593/90-GB, desta Secretaria de Estado, encaminho a Vossa Excelência inclusa fotocópia do Ofício nº 438/90-Gab CG do Comando Geral da Polícia Militar, com esclarecimentos a respeito de reinclusão de ex-policia militar nas fileiras daquela Corporação.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

(a) JOSÉ MOACIR FAVETTI

ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO GERAL

Of. nº 438/90-Gab CG

Curitiba, PR, 28 de maio 1990.

Do Comando Geral da PMPR

Ao Exmº Dr. JOSÉ MOACIR FAVETTI

MD. Secretário de Estado da Seg. Pública.

Assunto: Reinclusão de Policial Militar.

Tem este a finalidade de dar a resposta ao protocolo sob nº 808.560-9, o qual traz o ofício nº 4972, de 10 de maio 90 e o requerimento do Deputado Estadual Algaci Túlio, solicitando informações sobre pedi-

dos de reinclusão na PMPR.

Informo que o Decreto n° 183/87, veda o "ingresso de pessoal a qualquer título", excluindo da vedação o "ingresso de pessoal através de concursos e testes seletivos e casos isolados a critérios do Governador do Estado...".

Por gestões deste Comando, o Senhor Governador autorizou "a continuidade do processo seletivo para inclusão de Soldados na Polícia Militar...", ou seja, a reinclusão, que é o caso em questão, continua vedado pelo Decreto n° 183/87.

É relevante destacar que as figuras da inclusão e da reinclusão são matérias totalmente distintas e não se confundem: a primeira diz respeito ao ingresso (inclusão) de voluntários como Soldados de 2ª Classe (recrutas), que se dá uma única vez e a outra, do reingresso (reinclusão) de ex-policia militar ou bombeiro militar, a qual se dará não havendo inconveniência para a Corporação, na graduação anteriormente ocupada, dependendo ainda da existência de vagas, cumpridas as demais formalidades legais.

Informo que está em andamento no Estado Maior desta Corporação um estudo para reaproveitamento de ex-policia militar, que postulam reinclusão nas fileiras da Polícia Militar do Paraná.

(a) WANTUIL BORGES, Cel QOPM  
Comandante Geral

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 1639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei N° 352/90 que objetiva alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) RUBENS BUENO

##### REQUERIMENTO N° 1625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para com o Projeto de Lei n° 237/90, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da escola Estadual Semíramis de Barros Braga, com sede e foro no Distrito de Vila Emiliano Pernetá, Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

##### REQUERIMENTO N° 1624

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para com o Projeto de Lei n° 009/90, de minha autoria, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador RONAN TITO e presta uma Homenagem Especial ao Cidadão Benemérito do Paraná, Dr. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

##### REQUERIMENTO N° 1621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 343/90, em tramitação, que institui o Plano de Carreira dos servidores públicos regidos pela Lei Federal n° 5.194/66, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

##### REQUERIMENTO N° 1619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao projeto de lei que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor André Zacharow.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

##### REQUERIMENTO N° 1617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 346/90, em tramitação, que institui piso salarial mínimo às categorias profissionais regidas pela Lei Federal n° 5.194/66 da Administração Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

##### REQUERIMENTO N° 1616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja declarado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n° 127/90, oriundo da Mensagem Governamental n° 59/90, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, com sua posterior inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 18 do corrente mês, segunda-feira próxima, constituindo-se esta Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir o competente parecer.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 1607

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar n. 338/90, que equipara os níveis de vencimentos policiais civis que exerceram os cargos de Inspetor e Guarda de Trânsito aos das classes iniciais das carreiras de detetive e Agente de Segurança, respectivamente.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) ACIR MEZZADRI

## REQUERIMENTO N° 1647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia de 19.06.90, do Projeto de Lei n. 280/90 que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Florença e localidades vizinhas, com sede e foro no Município de Colombo - PR.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 214/90, que cria o Município de TAMARAMA - PR.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1623

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na "Ordem do Dia" do Projeto de Lei n° 009/90, de minha autoria, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador RONAN TITO e presta uma Homenagem Especial ao Cidadão Benemérito do Paraná, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

## REQUERIMENTO N° 1636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 314/90, que autoriza o Poder Executivo a

doar ao Município de Guarapuava o imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 1611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação aos projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 1637

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transformação do Plenário desta Casa em Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei n° 221/90, em Regime de Urgência.

Tal projeto de lei, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

## REQUERIMENTO N° 1618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembleia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e Parecer ao Projeto de Lei n° 346/90, em tramitação, que institui piso salarial mínimo às categorias profissionais regidas pela Lei Federal n° 5194/66 da Administração Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná, para a próxima sessão plenária.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

## REQUERIMENTO N° 1620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembleia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 18 de junho do corrente, durante a Sessão Plenária, para apreciação e Parecer ao Projeto de Lei n° 343/90, em tramitação, que institui o Plano de Carreira dos Servidores Públi-

cos regidos pela Lei Federal n° 5149/66 no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### REQUERIMENTO N° 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 19.06.90, às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 352/90, que objetiva alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 1608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a instalação desta Assembléia em Comissão Geral, para apreciação do Projeto de Lei Complementar n° 338/90, de sua autoria, que visa equiparar os níveis de vencimentos dos policiais civis que exerceram os cargos de Inspetor e Guarda de Trânsito aos das classes iniciais das carreiras de Detetive e Agente de Segurança, respectivamente.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) ACIR MEZZADRI

#### REQUERIMENTO N° 1614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando a inclusão da Escola Municipal do Faxinalzinho, do Município de Roncador, no Programa de Módulos Sanitários, daquela Pasta.

A presente solicitação vem de encontro ao objetivo da Secretaria de Estado da Saúde que é levar o saneamento básico a todos os pontos do Estado, principalmente àqueles de grande concentração de pessoas.

Face ao exposto, e certo de merecer a costumeira atenção, ficamos no aguardo de um parecer.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) NAMIR PICENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1613

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente

Curitiba, segunda, em 18.06.90

oficial deste Poder ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando providências cabíveis ao atendimento da reivindicação que segue em ofício anexo, enviado pela Direção da Escola Estadual 14 de Dezembro, ensino de 1° Grau, no Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1612

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando providências cabíveis ao atendimento da reivindicação que segue em ofício anexo, enviado pela Direção da Escola Estadual Duque de Caxias, ensino de 1° Grau, no Município de Indianópolis.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1642

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE, que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, consultado o Plenário, seja expedido requerimento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, rogando a criação da Comarca de Nova Aurora-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO N° 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que a Mesa Executiva desta Casa, proponha, através de ato administrativo competente, a proibição de realização de convenções partidárias e demais eventos de mesmo cunho nos próprios deste Poder Legislativo.

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a deterioração do patrimônio desta Assembléia Legislativa, mais precisamente nos bens locados no plenário e plenarinho, quando da realização nos últimos dias 16/17 correntes de convenções partidárias.

Tal medida se faz necessária e determinante no sentido de preservarmos o bem público, sob pena de nos tornarmos cúmplices da depredação de um patrimônio que é de todos nós paranaenses.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO N° 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER a Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações e aplausos a nova Diretoria da Associação Comercial do Paraná, eleita em data de 12 do corrente, na pessoa de seu Presidente eleito Dr. Werner Egon Scharappe.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

## JUSTIFICATIVA:

A vitória alcançada demonstra a força e a energia de uma nova etapa frente à administração daquela Entidade, e esperamos que a exemplo de tantas renovações que têm ocorrido, seja mais esta um incentivo para a participação e contribuição efetiva para um novo tempo, sem contudo nos esquecermos da contribuição daqueles que nos antecederam e proporcionam, em virtude disso, a oportunidade que sempre se nos apresenta para renovar.

## REQUERIMENTO N° 1629

Senhor Presidente.

Em Curitiba há significativos grupos de pessoas que se dedicam ao estudo espeleológico. Mesmo sem divulgação, estas pessoas se dedicam incansavelmente a uma atividade importante para a defesa do sistema e do equilíbrio ecológico.

Recentemente, no dia 9/6/90, um destes grupos o GEEP-Açungui, empreendeu expedição para a Gruta de Lancinha, no Município de Rio Branco do Sul, servindo de guias a 19 estudantes de Biologia da UFPR e 43 escoteiros da capital.

Enquanto faziam uma explanação sobre a gruta a um grupo de escoteiros, o Professor José Roberto Botelho de Souza, oceanógrafo e zoólogo, membro do GEEP-Açungui, foi atacado de surpresa por dois homens armados ocasião em que foi desferido um tiro de espingarda contra o grupo, atingindo gravemente o expositor, conforme relata o documento em anexo.

As características do atentado, sem precedentes, apontam para disputa de terras, comuns na região.

Seria simplesmente um caso policial corriqueiro se a área não fosse tombada pelo Estado, registro n° 18/88 e, não existisse, como se denuncia, disputa pela área, envolvendo pessoas conhecidas e com histórias de violências contra trabalhadores e posseiros.

Diante disso o fato se reveste de características especiais, exigindo esforço particular na elucidação e penalização dos executores e seus mandantes, haja vista a característica de "jagunços" aparentadas pelos delinquentes. Por isso, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário o envio de

expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, ao Digníssimo Diretor da Polícia Civil do Paraná e ao Delegado Titular da Delegacia de Polícia de Rio Branco do Sul solicitando esforços concentrados e especiais na elucidação deste lamentável caso.

Requeiro, ao final, o envio de cópia do mesmo expediente com o documento que lhe instruiu, aos grupos espeleológicos e de escoteiros existentes no Paraná, bem como às testemunhas arroladas no final do documento.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) PEDRO TONELLI

Ilmo. Sr. Delegado de Polícia de Rio Branco do Sul - PR.

O Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná - Açungui - GEEP - Açungui - entidade civil sem fins lucrativos, devidamente registrada no 4° Ofício de Títulos e Documentos de Curitiba, sob n° 224 no livro A de pessoas jurídicas, CGC 79.643.268/0001-00 - Cadastro de Pessoa Cultural do Ministério de Cultura n° 41.001.420/87-92, com endereço à Rua Desembargador Westphalen, 15 - 16° andar - Ed. Dante Alighieri, em Curitiba - PR, por seus diretores infra-assinados, com base no Código de Processo Penal, art. 5°, I e § 3°, e demais normas legais pertinentes, vem relatar os fatos seguintes.

1. No dia 09 de junho do corrente ano, nove integrantes do GEEP - Açungui desempenhavam uma de suas atividades-fim, qual seja acompanhar expedições didático-pedagógicas, científicas e de turismo ecológico a cavernas, desta feita atuando como guias de 19 estudantes do Curso de Biologia da Universidade Federal do Paraná e de 43 escoteiros de faixa etária entre 10 e 14 anos e seus respectivos Chefes, pertencentes a grupo de Curitiba, à Gruta de Lancinha, situada na localidade de Capiru, no Município de Rio Branco do Sul - PR.

2. Em observância às rígidas normas de segurança que adotam, especialmente quando a visita educativa às grutas é feita por crianças, sub-dividiram-se em grupos menores, garantindo a presença de dois adultos experientes para cada oito crianças.

Cada grupo, após ouvir explanação didática sobre a matéria, adentra por sua vez na caverna, com espaço de tempo que evite aglomeração, que poderia causar situações de risco tanto para os visitantes, quanto para o ecossistema cavernícola, de delicado equilíbrio ecológico.

3. Um dos grupos, composto por escoteiros e seus Chefes, ouvia, por volta das 13:00 horas, as explanações do guia, Professor José Roberto Botelho de Souza, casado, 28 anos, graduado em Oceanografia,

com mestrado em Zoologia integrante do GE-EP - Açungui desde 1986, com vasta experiência em cavernas, na entrada da Gruta de Lancinha, quando foram atacados, abruptamente e sem prévio aviso, por três elementos armados com facões, um deles portando espingarda de caça.

3.1. Foi disparado um tiro de espingarda "espalha-chumbo" contra o Professor José Roberto, provocando ferimentos no braço e no tórax. Disseminou-se o pânico entre as crianças. Betinho, como é conhecido por seus amigos, mesmo ferido, esvaindo-se em sangue, tomou medidas visando proteger as crianças, auxiliando-as a entrar pelo "quebra-corpo" para o interior da caverna, visto que os elementos armados continuaram a agredi-los e ameaçá-los.

3.2. Outro dos guias, Marco Antonio Fonseca, também integrante do GEEP - Açungui, estudante universitário, ao prestar ajuda às crianças em fuga, caiu, machucando a perna.

3.3. Também presenciando o ocorrido, o Chefe-escoteiro Celso Fragoso, vendedor, foi o último a adentrar a Gruta, após garantir que nela estivessem todas as crianças.

4. Agrupados no interior da caverna, os Chefes-escoteiros e guias de outros grupos, nomeados no Rol de Testemunhas em anexo, a eles se reuniram, procurando prestar auxílio aos feridos e acalmar as crianças, abaladas emocionalmente, em prantos soluçados, algumas em estado de choque.

No interior da caverna permaneceram por período aproximado de duas horas.

5. Nesse ínterim, os guias Ítalo Sessegolo Júnior e Valdemir Teixeira Maschio dirigiram-se, a pé, até Rio Branco do Sul, em busca de ajuda.

Estiveram na Delegacia de Polícia por volta das 14:00 horas, acionando também a Polícia Militar, que se fez presente no local, com uma viatura e três policiais militares, entre eles o Cabo Jônatas, por volta das 15:00 horas.

6. Deve ser ressaltado que a Gruta da Lancinha é a maior das conhecidas do Estado do Paraná, havendo relatos e referências sobre ela desde a década de 1930.

Desde 1986, recebe visitas sistematizadas, seja de pesquisadores científicos (como os integrantes do GEEP - Açungui), e de estudantes universitários (o local é utilizado para estudos de campo, entre outros, pelos acadêmicos de Biologia e Geologia da Universidade Federal do Paraná), seja para práticas didático-pedagógicas e de educação ambiental (como por escolares e escoteiros), seja pela população em geral, para lazer e turismo ecológicos, pelo seu fácil acesso, distando apenas quatro quilômetros da cidade de Rio Branco do

Sul.

Não se tem notícia de incidentes anteriores aos graves fatos ora relatados.

7. Destaque-se também que excursões ao local, com integrantes de faixa etária entre 10 e 14 anos são corriqueiras, e a atividade da União dos Escoteiros, devidamente autorizada pelos responsáveis legais das crianças, faz parte da programação cívico-educativa dessa prestigiosa agremiação, que tanto tem colaborado para a sadia formação da juventude brasileira e mundial.

8. Acrescente-se que as cavidades naturais subterrâneas são bens da União, consoante o art. 20, X da Constituição Federal de 1988, sendo que a Gruta da Lancinha integra o patrimônio cultural do povo paranaense, tendo sido tombada, conforme registro nº 18/1988, do correspondente Livro do Tombo, Edital publicado no DOE de 23/6/88, sob responsabilidade da Curadoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Ao Estado compete garantir o direito à fruição dos bens culturais, nos termos da Constituição Estadual de 1989, art. 190, parágrafo único.

9. Por todo o exposto, resta claro o cometimento de delitos penais, com agravantes, visto envolver menores, e dar-se em local de difícil fuga ou defesa, por tratar-se de terreno acidentado, com desnível de aproximadamente 15 metros, sendo a caverna a única possibilidade de abrigo.

9.1. Para dizer o mínimo, configurou-se o delito previsto no art. 129 do Código Penal. Com efeito, o Professor José Roberto Botelho de Souza, Betinho, sofreu lesão corporal de natureza grave, conforme se pode comprovar pela necessária manifestação do Instituto Médico Legal e por atestados médicos, tendo em vista que a vítima, socorrida por seus companheiros, foi levada ao Hospital Municipal de Rio Branco do Sul, onde foi medicado, sendo posteriormente atendido no Hospital Cajuru, em Curitiba.

9.2. Não deve ser desconsiderada a hipótese de constituir-se o crime previsto no art. 121 do C.P., sob forma de tentativa.

9.3. Há que cogitar-se, ainda da tipificação prevista no art. 132, pela periclitación da vida e da saúde das pessoas presentes ao local.

10. Pelos fatos relatados, REQUER-SE a instauração de inquérito policial, e a adoção das medidas preconizadas em Lei, inclusive a requisição para exame de corpo de delito prevista no art. 178 do C.C.P., a fim de que sejam devidamente apurados os delitos e a responsabilidade de seus autores, sujeitando-se-lhe-os às cominações legais.

Nestes termos,

pedem e aguardam deferimento.

De Curitiba para Rio Branco do Sul, em 09.junho.1990.

#### ROL DE TESTEMUNHAS:

1. Marco Antonio Fonseca (estudante universitário, 20 anos)  
Rua São Cristóvão, 188 - fone 244-5420  
Curitiba - PR
2. Valdemir Teixeira Maschio (técnico eletrônico, 22 anos)  
Av. Sete de Setembro, 2346 - apto. 1002  
Curitiba - PR
3. Ítalo Sessegolo Júnior (estudante universitário, solteiro, 21 anos)  
Rua Senador Nereu Ramos, 126 - Guabirota  
fone 276-3290  
Curitiba - PR
4. Paulo Pizzi (biólogo, conselheiro do C.E.M.A., 26 anos)  
Av. Pres. Kennedy, 3442 - apto. 13  
fone 244-7726
5. Geraldo Luiz de Souza (Chefe-escoteiro, 45 anos, engenheiro-agrônomo da CLASPAR)  
Rua Acir Guimarães, 420 - apto. 1107 - Água Verde - fone 234-1511  
Curitiba - PR
6. Marcelo Monnerat (Chefe-escoteiro, engenheiro)
7. Celso Fragoso (Chefe-escoteiro, vendedor)  
Av. Guilherme Pugsley, 98 - apto. 42-K - fone 242-6777  
Curitiba - PR

#### REQUERIMENTO N° 1631

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Departamento de Estradas e Rodagem, DER, solicitando a instalação de lombadas ou redutores de velocidade na BR-277, na altura do Supermercado Mercadorama, da Coca-Cola e do Conjunto Mirante da Serra.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se pelo elevado número de acidentes de trânsito, inclusive, com vítimas fatais, ocorrido naquelas localidades, em função da alta velocidade dos veículos que por ali trafegam.

As localidades referidas tratam-se de pontos de grande circulação humana, onde a instalação de sinalização e redutores prestaria um serviço efetivo no sentido de coibir a ocorrência de acidentes.

#### REQUERIMENTO N° 1609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a elevação da Comarca de Chopinzinho para Comarca de Entrância Intermediária.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Chopinzinho PR, 30 de maio de 1.990.  
Senhor Presidente.

Os advogados abaixo-assinados, residentes e militantes na Comarca de Chopinzinho servem-se do presente expediente para expor a Vossa Excelência a sua pretensão reivindicatória na sequência declinada:

A Comarca de Chopinzinho apresenta-se hoje, seguramente, como uma das mais trabalhosas do Estado, notadamente dentre as que são dotadas de tão somente de Vara Única.

Quatro municípios a saber, São João, São Jorge D'Oeste, Sulina e a sede da Comarca compõem o distrito Judiciário da Comarca de entrância inicial de Chopinzinho.

É aspiração antiga dos que aqui labutam na vida forense, bem como da população local, a elevação da comarca para entrância intermediária.

Destaca-se hoje Chopinzinho como uma das cidades mais florescentes do sudoeste paranaense contando aproximadamente com 50 mil habitantes no município com uma arrecadação excelente, agricultura e pecuária forte com boas estradas, em suma, com todos os melhoramentos próprios de uma cidade em franco progresso.

Em que pese os ingentes esforços dos Juizes que nessa comarca cumpriram ou cumprem seu ofício, com especial destaque ao atual, Dr. Renato Lopes de Paiva, bem como dos promotores, é sobre-humano o labor, o que acaba desestimulando com o tempo os laboriosos magistrados que acabam migrando para outras comarcas.

O Fórum local, conquanto de bom tamanho, oferece possibilidades de ser aumentado de sorte a propiciar a criação de mais uma Vara. A Prefeitura Municipal há anos arca com os aluguéis das residências ocupadas pelos Juizes e Promotores. Propõe-se o Município a construir em terreno contíguo ao fórum 4 apartamentos para Juizes e Promotores, bem como ampliar o Fórum se agraciado com a elevação para entrância intermediária.

Existe no Município, pois, toda uma estrutura preparada para a elevação da comarca, já que o pleito é antigo e pouco oneroso ao Estado a ascensão que se busca.

É de se ressaltar que a maioria dos processos cíveis ou criminais, se originam

da sede da comarca e não dos demais municípios componentes do Distrito Judiciário.

De nada, pois, adiantaria a criação de comarca em outros dos municípios que fazem parte deste distrito Judiciário, o que, com sem um ônus de grandes proporções ao Estado do Paraná, não aliviaria a de Chopinzinho, que fatalmente necessitaria em breve da criação de uma ou mais varas, pena de ter que viver constantemente em regime de exceção.

Por outro lado, a novel comarca que se instalasse ficaria com o serviço reduzido e a de Chopinzinho, sobrecarregada.

Com efeito, dos 1274 processos cíveis em trâmite, 75% são originários do município de Chopinzinho, estabelecida aqui sua competência. No tocante ao Crime, dos 585 processos em andamento, 78% permaneceriam sob essa jurisdição. Dos outros municípios, São João é o que conta com maior número de processos, na seguinte proporção: no cível com 12% e no crime com 22% dos processos.

Certidões anexas comprovam o alegado.

A concretização do velho sonho de se elevar a comarca para entrância intermediária, já esteve várias vezes para se transformar em realidade.

Sabemos que falta pouco e o Tribunal de Justiça já colocou essa intenção em sua pauta de ampliação.

Vimos, por conseguinte, em nome da classe dos advogados, com o aval da subseção da OAB de Pato Branco que em nossa Cidade tem seu representante, da família forense em geral, do Comércio e Indústria da Cidade dos Poderes Constituídos e do povo de Chopinzinho trazer ante Vossa Excelência nosso pleito que aqui fica consignado para que com o preciso auxílio que Vossa Excelência puder dispensar, a cidade de Chopinzinho passa, enfim, ver realizada sua justa e merecida aspiração, qual seja a de elevação para comarca de entrância intermediária.

(a) ELÁDIO LUIZ ROOS

(a) NATAL HILÁRIO DOSSENA

(a) EDGARD CLOVIS PEDROSO

(a) DERVIL DALPUPO

(a) INÊS LUCAS

(a) AURO DE ALMEIDA GARCIA

(a) ODACIR GIARETTA

(a) ELI DA COSTA MARCONDES

(a) VALDEMAR MORÁS

Excelentíssimo Senhor

Deputado Anibal Khury

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Curitiba - PR

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Chopinzinho - Estado do Paraná  
Cartório do Cível e Anexos

CERTIDÃO

Curitiba, segunda, em 18.06.90

Certifico, a pedido verbal do Dr. Valdemar Morás, componente da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil da subseção de Pato Branco, que dos 1.274 (hum mil, duzentos e setenta e quatro) processos em trâmite nesta escrivania, segundo levantamento efetuado recentemente, teriam a competência deslocada para a área territorial do município de São João, que dista da sede da Comarca cerca de vinte quilômetros, aproximadamente 157 (cento e cinquenta e sete) processos.

O referido é verdade e dou fé.

Chopinzinho, 30 de maio de 1990.

(a) NEUSA SALVADOR DE LIMA

Escrivã do Cível e Anexos

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Chopinzinho - Estado do Paraná  
Cartório do Cível e Anexos

CERTIDÃO

CERTIFICO, que as audiências estão sendo designadas para o mês de junho de 1991, tomada que está em pauta com audiências cíveis e criminais até aquela data.

O referido é verdade e dou fé.

Chopinzinho, 30 de maio de 1990.

(a) NEUSA SALVADOR DE LIMA

Escrivã do Cível e Anexos

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Chopinzinho - Estado do Paraná  
Cartório do Cível e Anexos

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal do Dr. Valdemar Morás, componente da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil da subseção de Pato Branco, que tramitam perante esta Vara hum mil, duzentos e setenta e quatro (1.274) processos.

O referido é verdade e dou fé.

Chopinzinho, 30 de maio de 1990.

(a) NEUSA SALVADOR DE LIMA

Escrivã do Cível e Anexos

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Chopinzinho  
Cartório do Crime

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal do Dr. Valdemar Morás, componente da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Pato Branco, que dos 585 (quinhentos e oitenta e cinco) processos em trâmite, nesta escrivania, segundo levantamento efetuado recentemente, teriam a competência deslocada para a área territorial do município de São João, que dista da Sede desta Comarca, cerca de vinte quilômetros, aproximadamente, 128 (cento e vinte e oito) processos.

O referido é verdade e dou fé.

Chopinzinho, 30 de maio de 1990.

(a) MARCELO CONTE

Escrivão

PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Chopinzinho  
Cartório do Crime  
CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal do Dr. Valdemar Morás, componente da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil - seção de Pato Branco, que tramitam perante esta vara 585 (quinhentos e oitenta e cinco) processos.

O referido é verdade e dou fé.  
Chopinzinho, 30 de maio de 1990.

(a) MARCELO CONTE  
Escrivão

REQUERIMENTO N° 1634

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja feito através da Secretaria de Estado da Educação, o atendimento urgente das reivindicações da Escola Estadual Duque de Caxias, Ensino de 1° Grau e Associação de Pais e Mestres - APM, ambas localizadas no Município de Dois Vizinhos - PR, no sentido de ampliar o quadro físico da referida escola, no que se refere:

- Construção de: mais 2 salas de aula; mais dois banheiros com chuveiro; uma lavanderia com almoxarifado; uma sala para os professores; uma sala para a secretaria; uma sala para a direção e um abrigo.

Requer-se também que da decisão da Casa, seja oficiada a Secretaria de Estado da Educação, dando-se ciência deste à Direção, ao Corpo Docente e Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Duque de Caxias, Ensino de 1° Grau, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PDT, PSDB, PT, PFL, PDS e PMDB do Município de Dois Vizinhos, Rádio Educadora, ao jornal Folha do Vale de Dois Vizinhos e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Reivindicações urgentes neste sentido estão sendo feitas pela direção da Escola Estadual Duque de Caxias, Ensino de 1° Grau, em conjunto com a Associação de Pais e Mestres - APM, ambas localizadas no Município de Dois Vizinhos, Sudoeste paranaense, que através do Ofício n° 04/90, datado de 06 de março de 1990, encaminhado à Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, onde solicitam ampliação urgente no seu quadro físico, objetivando um melhor atendimento dos seus mais de 300 alunos.

Através do Ofício 06/90, datado em 08 de março de 1990, o Vereador Celso Lucindo

Tosi, somado à comunidade social, educacional e estudantil de Dois Vizinhos, nos solicitou a soma de esforços pelo atendimento urgente das reivindicações feitas pelas entidades locais, conforme solicita a súmula deste requerimento.

Nós, como representantes do município de Dois Vizinhos no parlamento paranaense, estamos cientes do conteúdo do Ofício Circular n° 08/90, datado de 07 de fevereiro de 1990, proveniente do gabinete da Secretária de Estado da Educação, informamos que estamos estudando e analisando a viabilização de um projeto de lei que regulamente o artigo 142 da Constituição Estadual. Ele definirá a aplicação dos recursos provenientes dos "royalties" junto com todos os segmentos diretamente ligados aos benefícios que estes recursos irão trazer ao Paraná.

Com certeza a educação terá prioridade no recebimento de parcela, pois sabemos que é necessário criar condições adequadas de ensino, para que os estudantes tenham um aproveitamento à altura de suas pretensões, em instalações condizentes com os esforços de deslocamento da grande maioria estudantil.

Através deste, confiamos nos investimentos neste setor, faz-nos crer na urgência do atendimento.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS  
PAÇO DO PROGRESSO

Dois Vizinhos, Março/90

Prezado Deputado

Nereu Carlos Massignan

Anexo ao presente, estamos encaminhando a Vossa Excelência, cópia do Ofício n° 06/90, enviado à Secretaria de Estado da Educação, a pedido do vereador Celso Lucindo Tosi - PDT.

Cordialmente,

JAIR FERNANDO SARTORETTO  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS  
PAÇO DO PROGRESSO

Dois Vizinhos, 08 de março de 1990

OFÍCIO N° 06/90

Da: CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

À: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PR.

Assunto: REIVINDICAÇÃO, ENCAMINHA

Senhora Secretária:

Em atendimento a requerimento verbal do vereador Celso Lucindo Tosi - PDT, aprovado por unanimidade dos vereadores presentes à Segunda Sessão Ordinária desta Casa de Leis, realizada no último dia 05 de março, respeitosamente vimos até vossa presença solicitar a concentração de esforços dessa Secretaria de Estado, no sentido de que sejam atendidas as reivindica-

ções da Escola Estadual Duque de Caxias, desta cidade, constantes da documentação cujas cópias seguem em anexo.

Outrossim, informamos que a pedido do mesmo vereador, estão sendo encaminhadas cópias do presente ofício à FUNDEPAR, aos Deputados Nereu Carlos Massignan, Caíto Quintana, Pedro Tonelli e Haroldo Ferreira, bem como ao Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, para que se faça uma concentração de esforços buscando o atendimento necessário.

Na oportunidade, certos de vossa indispensável atenção, renovamos expressões de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) JAIR FERNANDO SARTORETTO

Presidente

Excelentíssima Sra.

Professora Gilda Poli

DD. Secretária de Estado da Educação

CURITIBA-PR

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 353/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ - CEXPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR, é um órgão misto, formado pelo Governo do Estado do Paraná e entidades de classe do setor empresarial, tendo por objetivo a promoção do comércio exterior, principalmente no Paraná.

Fundado há 18 anos, vem desde então prestando assistência técnica às empresas, promovendo treinamento de recursos humanos ao setor, mantendo contatos com instituições e autoridades, acompanhando representantes diplomáticos que vêm ao Paraná com finalidades comerciais, participando ativamente de seminários, conferências, palestras e reuniões, voltados ao comércio exterior.

Procurando sempre a expansão prática e ágil do mercado externo do Estado, tem coordenado a participação de empresários paranaenses em pesquisas de mercado, seja apoiando o Itamaraty, seja encaminhando estudantes e estagiários para cursos de aperfeiçoamento no País e no Exterior.

Mesmo quando as dificuldades na área financeira provocam redução de atividades no que se refere à quantidade tem, apesar do reduzido quadro técnico, mantido alto

padrão de qualidade.

Podemos crer que as diligências do CEXPAR contribuíram em muito para que o Paraná tenha sido responsável por 7% do total das exportações brasileiras em 1988.

Os problemas enfrentados pelos empresários decididos a ingressar na área de comércio exterior não são poucos; oscilam a cada modificação nas políticas interna e externa, às legislações, nem sempre permanentes de países e organismos estrangeiros.

O CEXPAR tem buscado soluções que viabilizem o êxito desses empresários.

Em 1989, 151 empresas foram atendidas incluindo-se entre elas o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, o Cerimonial da Casa Civil do Governo do Estado, o Banco do Estado do Paraná, as Secretarias da Fazenda, de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Curitiba.

O CEXPAR porém, não se limita ao atendimento dos problemas empresariais: busca incessantemente criar oportunidades comerciais para oferecê-las aos empresários, e os mantém informados sobre os pedidos que recebe, diretamente de importadores estrangeiros ou por intermédio de órgãos e agências governamentais, nacionais ou internacionais, após prévia e minuciosa classificação e compila dados estatísticos; confecciona tabelas sobre o desenvolvimento comercial do Paraná e presta acompanhamento global e específico a todos os assuntos referentes à área.

Acreditamos que o rol de atividades narradas, é suficiente para comprovar que o CEXPAR conseguiu desenvolver um trabalho à altura das necessidades do Estado do Paraná na área de comércio exterior, e declará-lo de utilidade pública, contribuirá para o crescente desenvolvimento da economia do Estado e, conseqüentemente, do País.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta à liderança do PDS se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulta à liderança do PDC se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulta à liderança do PFL se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulta à liderança do PT se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulta à liderança do PL se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulto à liderança do PDT se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulto à liderança do PTB se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulto à liderança do PSDB se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulto à liderança do PMDB se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulto à liderança do PTN se fará uso de seu horário.

(Declina).

Consulto à liderança do PRN se fará uso de seu horário.

(Declina).

A Mesa registra com satisfação a presença, em nosso Plenário, do Deputado Federal Jacy Scanagata.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 651/90-GB, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, constante do expediente, encaminhando ao Senhor 1° Secretário desta Casa, fotocópia do Ofício n° 438/90-Gab CG do Comando Geral da Polícia Militar, esclarecendo a respeito de reinclusão de ex-policia! militar nas fileiras daquela Corporação.- À Diretoria Administrativa, para ciência do Senhor Deputado Algaci Túlio, autor do requerimento.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, destinados a atender ao refinanciamento e às operações de créditos internas, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda.- Aprovada.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 335/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que institui a "SEMANA DO VESTUÁRIO DO PARANÁ" a ser comemorada na cidade de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da CO-

MISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 32/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de São Jorge D'Oeste para que a população decida sobre a criação do município de Doutor ANTÔNIO PARANHOS, desmembrado de São Jorge D'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/90, de autoria do Deputado ORLANDO PES-SUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de IMBAÚ, desmembrado dos municípios de Telêmaco Borba e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 69/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que acrescenta ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, artigos e parágrafos conforme especifica. (prazo para autorização de convênios). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 302/89, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que faculta a matrícula escolar antecipada em classe de 1.<sup>a</sup> série regular e 1° grau e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 290/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que revoga o art. 11 da Lei Complementar n° 27 de 08/01/86, e dá nova redação ao art. 12 da referida Lei, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 290/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei complementar, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, visa revogar o art. 11 da Lei complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986, e, modificar a redação do § 1° do art. 12 da Lei supramencionada, que passa

a vigor com a seguinte redação:

"Art. 12...

§ 1º - Considera-se favorável o plebiscito, se aprovado por maioria absoluta dos votantes, em manifestação a que se tenham apresentado 2/3 (dois terços) dos inscritos."

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para Discutir, Projeto de Lei nº 290/90).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhores e Senhoras presentes.

Esse projeto de lei de autoria do nobre Deputado, Artagão Mattos Leão, não pode, de maneira nenhuma, ser aprovado por este Parlamento.

Esse Projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é completamente inconstitucional, tendo em vista que o que o nobre Deputado Artagão propõe são as novas regras para a realização de plebiscito para a criação de municípios novos. Propõe o Deputado Artagão Mattos Leão que, para aprovar, considerar-se favorável o resultado do plebiscito, a manifestação de 2/3 dos eleitores inscritos na área de abrangência do plebiscito.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria chamar a atenção para que nós aprovemos, pois não podemos aprovar ou patrocinar leis que são completamente contra a nossa Constituição. Porque a nossa Constituição, no seu artigo 19, quando trata da criação, incorporação, fusão, no capítulo que trata dos municípios, ela é clara. Diz o parágrafo 4º, do artigo 19 da nossa Constituição do Estado:-

"A aprovação do eleitorado prevista no parágrafo 1º, inciso 2º desse artigo dar-se-á pelo voto da maioria simples exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado, então se exige o comparecimento da maioria absoluta e daí valerá a maioria simples, isso é o que diz a nossa Constituição que nós juramos cumpri-la no dia 05 de outubro passado. Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero a compreensão de todos. Nós não podemos acatar a aprovação desta lei porque ela vem, além de dificultar o processo de criação de municípios, além disso ela vem desrespeitar nossa Lei maior que é a nossa Constituição.

Concedo um aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - V.Exa., Deputado Tonelli se cobre de razão, e eu quero dizer que acompanho V.Exa. votando contra essa lei. Como relator da Constituinte no que diz respeito à legislação de estados e municípios eu estaria traindo a minha consciência se não o fizesse assim. Entretanto, gostaria de parabenizá-lo por que V.Exa. lembra na hora oportuna a nossa Constituição do Estado, e de nada adiantaria termos feito essa Constituição se agora numa Lei Complementar vamos querer alterá-la. Então, primeiro teria que se alterar a própria Constituição, para depois, então, se poder aprovar uma lei desta estirpe. V.Exa. está de parabéns e conte com meu apoio.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o nobre Deputado Gernote Kirinus e quero fazer um apelo aqui a este Plenário para que não permitamos que caiamos nessa contradição. Nós não podemos seguir o exemplo do Governador que cumpre a Constituição quando lhe interessa e quando não interessa, não cumpre. Não podemos seguir o exemplo do Presidente Collor que desrespeita a Constituição a toda hora, a todo momento. Nós, como Parlamentares, temos que estar vigilantes, nós mesmo não podemos cometer erros, nós somos fiscais dos Poderes, então primeiro temos que ser fiscais de nós mesmos. Então, vamos votar contra. Esse projeto deveria ser retirado porque ele é completamente inconstitucional, é contra a Constituição, inclusive eu estranho esse parecer colocado aqui, não sei que estudo foi feito nesse Parecer onde diz que não há óbice de natureza legal e constitucional e se manifesta favoravelmente. Então, acho que essa Comissão que estudou não estudou muito bem, porque é só ler o parágrafo 4º do artigo 19 que nós vamos ter claro que esse Projeto é visivelmente inconstitucional.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª discussão do Projeto de Lei nº 290/90.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. REJEITADO.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/90, de autoria dos Deputados ARTAGÃO MATTOS LEÃO e CÂNDIDO BASTOS, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Guarapuava o imóvel denominado Estância Santa Clara, situada na localidade de Candói, naquele município, com área que

específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 314/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões o Projeto de Lei n° 314/90.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 314/90

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Artagão Mattos Leão e Cândido Bastos, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guarapuava o imóvel denominado Estância Santa Clara, situada na localidade de Candói.

Ao proceder-se a análise do presente projeto de lei, nada encontramos que possa legal, constitucional e regimentalmente, obstar à sua normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando pela aprovação do plano, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que reajusta em 3,29% a partir de 1° de maio de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 328/90

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado a este Poder pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado, tem por finalidade reajustar em 3,29% a partir de 1° de maio de 1990, os níveis dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, conforme especifica.

Examinando o projeto, verificamos que constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada.

Nestas condições, nosso Parecer é FA-

VORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ACIR MEZZADRI - Relator

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de GUAMIRIM, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Irati com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 331/90

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, tem por finalidade criar o Município de GUAMIRIM, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Irati com as divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

VERA AGIBERT - Relatora

## EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 332/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria o Município de PRADO FERREIRA "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Mirassolva com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 332/90

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Homero Oguido, tem por finalidade criar o Município de PRADO FERREIRA, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do município de Mirassolva.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 60/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que autoriza a realização de plebiscito no Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 60/90

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Rancho Alegre do Oeste.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1°, II da Constituição Estadual não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 65/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mirassol, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PRADO FERREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 65/90

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Homero Oguido, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1°, II da Constituição Estadual não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 377/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria a REGIÃO ADMINISTRATIVA DE UNIÃO DA VITÓRIA, composta pelos municípios de Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas e Paulo Frontin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDAS de Plenário. Em votação as emendas.- Aprovadas. O Projeto irá à Redação Final.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 335/89, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o município de SÃO PEDRO DO IGUAÇU, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado do município de Toledo, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado o Substitutivo Geral.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza a estadualização da estrada que liga Antônio Olinto a Rio Negro passando parte da rodovia pelo município da Lapa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (of. n° 34/90), que cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que institui o Programa Semear Transporte. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 296/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a GUARDA MIRIM, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

321/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo estadual a doar ao município de Mallet, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 326/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que cria "ad referendum" do plebiscito o município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 334/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que inclui no anexo II, da Lei n° 9279 de 29 de maio de 1990, o trecho da BR-476 - SÃO CRISTÓVÃO. (Publ. no D.A. n° 67, de 06.06.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 334/90

P A R E C E R :

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa incluir no anexo II, da Lei n° 9.279 de 29 de maio de 1990, o trecho da BR-476 - São Cristóvão, por ter sido omitido da lei supracitada através de um erro de datilografia, visto que consta da Mensagem Governamental n° 91/90 de 18 de abril de 1990, às folhas 04 do anexo II, sob o código 8800.16885371.091 da Secretaria de Estado dos Transportes. Consta também no parecer do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, relator do Projeto de Lei n° 262/90, oriundo da Mensagem Governamental n° 091/90, bem como no Diário da Assembléia n° 41, de 19 de abril de 1990. Entretanto, no parecer oferecido em 25 de maio ao Projeto de Lei n° 262/90, pelo Relator Deputado José Rogério, deixou de constar o trecho BR-476 - São Cristóvão, pelo motivo acima citado.

Cabe ressaltar também que não houve emenda supressiva para exclusão de tal trecho do Projeto.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, foi o Projeto 334 que V.Exa. votou? Apenas para registrar Senhor Presidente, que nessa votação nós votaremos a favor,

embora eu ache que na seqüência nós teremos que analisar porque o presente Projeto propõe a inclusão no orçamento, dentro de uma rubrica orçamentária de um trecho que não consta no orçamento.

Parece-me que isto é impraticável e impossível do ponto de vista técnico, porque o orçamento já está fechado, não há como incluir numa rubrica um novo trecho sem que tenha a devida dotação orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 1639, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1640, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1611, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1623, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1638, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1641, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1607, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1617, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1619, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1621, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1624, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1625, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1608, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1616, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1620, 1618, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1631, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1637, de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1642, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1612, 1613, 1614, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1632, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1629, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1634, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1609, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1633, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente.- Ao Senhor 1° Secretário para parecer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 329 e 335/90 e dos Projetos de Resolução n°s 32 e 52/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 302/89; 214, 305, 328, 331, 332 e 334/90 e dos Projetos de Resolução n°s 60 e 65/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 365/89; 352 e 202/90.

Levanta-se a sessão.